

CONTINUA A MOBILIZAÇÃO CONTRA A DELIBERAÇÃO 03/2023

Nesta semana prosseguiram as mobilizações pedindo a revogação da deliberação 03/2023 do Conselho de Administração. Um abaixo assinado circula na Internet e, até o fechamento desta edição contava com 670 assinaturas (link para acessar o texto na página 2).

A APROPUC continua recebendo manifestações de repúdio à Deliberação. O Sinpro-SP publicou em seu site uma mensagem de apoio à luta dos docentes da PUC-SP (veja abaixo).

Nesta semana divulgamos a nota do Grupo de Estudo das Relações Etnicorraciais no Serviço Social – GERESS. Uma comissão do Conselho Universitário está elaborando uma nota que deverá expressar o posicionamento do Conselho Universitário contra o ato. Nos próximos dias estudantes, professores

e funcionários devem discutir novas formas de mobilização para este mês.

Precarização

A edição da deliberação 03/2023 acelerou sobremaneira o processo de precarização na PUC-SP. Desde 2006, a Fundasp vem reduzindo contratos principalmente de professores ingressantes. Como é ilegal reduzir o salário de docentes em atividade, a mantenedora usou de vários subterfúgios para reduzir os vencimentos de ingressantes.

Assim, em 2006, foi criada uma nova categoria denominada “em extinção”, onde ficaram alocados os professores antigos.

Quem ingressou ou ascendeu na carreira a partir daquele ano, além de receber valores hora/aula inferiores aos seus

pares de mesma titulação alocados na tabela em extinção, perdeu o direito aos quinquênios ilimitados, podendo receber somente por três vezes o benefício. Ao longo dos anos, medidas pontuais foram precarizando cada vez mais os docentes e, em 2022, a Fundasp tentou reduzir em 10% os salários de todos os docentes, com a redução do fator de cálculo de 5 para 4,5 semanas letivas. Foi por meio da mobilização de toda a comunidade que a Fundasp voltou atrás, mas aplicou a redução para os ingressantes a partir de 01/01/2023. Agora, novamente a Fundasp desistiu de aplicar a redução do número de aulas e, mais uma vez, jogou a precarização para os ingressantes que, em alguns casos, receberão metade do que recebe um professor antigo na mesma posição na carreira.

Porém, não é só esta a forma de precarização do trabalho docente. Hoje o docente da PUC-SP vive a insegurança de, semestralmente, não saber qual será o seu salário, trabalhando sob demanda, dependendo do número de estudantes que se matricularão nas suas disciplinas que podem acarretar o fechamento ou junção de turmas.

No próximo ano teremos eleições para a reitoria e o que se torna prioritário para o corpo docente é a garantia de condições dignas de trabalho.

A expectativa é que os candidatos a reitor coloquem como prioritária a luta por contratos que garantam a atuação docente na universidade e o acesso à pesquisa e à extensão como, em um passado recente, acontecia na universidade e que deveriam fazer parte dos contratos, com horas alocadas para isso.

SinproSP rejeita a precarização do trabalho e do ensino na PUC-SP

O SinproSP coloca-se mais uma vez ao lado das professoras, professoras, funcionárias, funcionários e estudantes, e manifesta o seu irrestrito apoio às deliberações das assembleias dos três setores, que discutiram a precarização do ensino e do trabalho na PUC-SP. A diretoria do SinproSP reafirma, sem ruídos ou levianas interpretações, a sua posição manifestada desde sempre: frontalmente contra a redução de salários, a

deterioração das condições de trabalho e na defesa intransigente da qualidade de ensino e da educação nas Instituições de Ensino Superior, particularmente na PUC-SP. E repudia a atitude da FUNDASP que pretende criminalizar a APROPUC e a AFAPUC pela divulgação de suas legítimas posições no jornal PUCviva 1199.

A FUNDASP deve revogar imediatamente a deliberação

03/2023, aprovada pelo CONSAD, que precariza o ensino, ameaça o projeto de Universidade e discrimina os e as docentes nas novas contratações, rebaixando seus salários em relação aos contratos já existentes e que foi adotada, estranhamente (ou não), após o Conselho Universitário instituir a política de cotas afirmativas, que estabelece a contratação para o corpo docente de 37% de pessoas negras.

O SinproSP apoia e recomenda a adesão ao abaixo assinado que está circulando pela internet, que preconiza a imediata revogação daquela deliberação, cujos efeitos “poderão alijar novos/as docentes recém contratados/as da participação em comissões ou grupos de trabalho e, em consequência, de decisões, comprometendo a cidadania acadêmica e o modelo democrático e inclusivo que se pretende para a PUC-SP”.

Manifesto pela revogação da deliberação do Consad 03/2023

O Grupo de Estudo das Relações Etnorraciais no Serviço Social – GERESS é um grupo formado por assistentes sociais negras e negros que há 14 anos discute e problematiza a ausência da pauta racial na formação profissional bem como as injustiças e violações dos direitos humanos presentes na sociedade brasileira. As condições equitativas e satisfa-

tórias de trabalho fazem parte dos direitos humanos (art. 23 da Declaração Universal dos Direitos Humanos). Portanto, o GERESS endossa o manifesto do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/PUC-SP pela revogação da deliberação do CONSAD 03/2023.

GERESS

Abaixo assinado pela revogação da deliberação 03/2023

Professor, funcionário, estudante, assine o texto através do link

<https://chng.it/7rxHHpwX>

AFAPUC realiza reunião com a Fundasp

Em continuidade ao que foi acordado na reunião entre AFAPUC e a Mantenedora realizada em 01/08/2023, convocada pela FUNDASP em virtude da paralisação deliberada pelo corpo administrativo para 02/08, a Diretoria voltou a se reunir com a Secretaria Executiva no último dia 31/08 para tratar de assuntos de interesse da categoria, conforme decisão da assembleia.

Na ocasião foram abordados os temas sobre as condições de trabalho, da necessidade de melhorias dos equipamentos e mobiliários, de reposição de funcionários em alguns setores que estão sobrecarregados, de clareza da normativa do plano de cargos e salários, da implantação do banco de horas. Foi cobrado da DRH/FUNDASP a divulgação do Plano da área Protegida e da normativa relativa à apresentação de atestados médicos. A Diretoria levou, ainda, ao conhecimento da Mantenedora a importância e necessidade da existência de um espaço de convivência e refeitório exclusivo para os funcionários.

Em relação aos pontos apresentados, os retornos obtidos foram:

- melhoria dos equipamentos e mobiliários: DRH está fazendo mapeamento das áreas e dos riscos, já foram identificadas situações emergenciais, que estão sendo tratadas como tal e junto com a DSAS um plano de ação já foi implantado para atender as demandas e corrigir as necessidades mais urgentes quanto às cadeiras, mofo e mal cheiro nos setores;

- reposição de funcionários: tema foi apresentado e apontada a urgência no encaminhamento/solução para se preservar a saúde do trabalhador e a eficácia do serviço administrativo.

- transparência do Plano de Cargos e Salários: foi autorizada pela FUNDASP a publicação de todas as normativas sobre o tema, DRH deve providenciar com urgência e disponibilizar as informações no site da Mantenedora para o conhecimento de todos sobre em que pontuação se encontram.

- implantação do banco de horas: DRH esclareceu que está aguardando a conclusão da parametrização do sistema (TOTVS) para a devida implantação. Informou que téc-

nicos já estão trabalhando no assunto, estão acompanhando e aguardam a conclusão dos trabalhos.

- divulgação das normas da Zona Protegida e da normativa sobre atestados médicos: DRH voltou a informar que o texto final está quase pronto, já foi e voltou ao Setor de Integridade algumas vezes com indicação de ajustes, e garantiu que em breve estarão publicados também no site.

- espaço de convivência e refeitório para funcionários: a Diretoria apontou à Secretaria Executiva a necessidade de implantação a qual entendeu e aprovou a reivindicação, designando a DRH e DIPLAD para junto com a AFAPUC iniciarem os estudos/projeto. A primeira reunião/visita a um possível espaço já foi agendada para dar início as tratativas necessárias para a implantação.

A AFAPUC mais uma vez reforça a relevância da mobilização da categoria na luta pelos assuntos do seu interesse, reafirmando a importância de se associarem, pois juntos sempre somos mais fortes!!!!

Diretoria da AFAPUC

Funcionários realizam eleições para representação nos conselhos superiores

A Comissão Eleitoral dos funcionários administrativos da PUC-SP definiu um cronograma para as eleições de seus representantes aos Conselhos da Universidade. Os funcionários têm direito a dez titulares no Conselho Universitário, Consum e quatro representantes no Conselho Comunitário, Cecom.

As inscrições para o pleito ocorrerão nos dias 11 e 12 de setembro e os candidatos deverão se inscrever por chapa por meio de impresso próprio fornecido pela comissão eleitoral e disponível no site da AFAPUC <https://www.afapuc.org.br/>. A campanha eleitoral ocorrerá entre os dias 14 a 20 de setembro e a eleição será realizada nos dias 21 e 22 de setembro. A Comissão Eleitoral realizará a eleição através da plataforma fornecida pela AFAPUC, e os funcionários eletivos receberão e-mail com orientações para a votação.

A apuração acontece logo após o encerramento da eleição.

LELÊ

Leonora Pereira

Faleceu, no dia 02/9, Leonora Pereira, a Lelê, ex-funcionária da PUC-SP.

Lelê ingressou na universidade em agosto de 1985, desligando-se definitivamente em maio de 2012. Durante a maior parte do tempo como funcionária da PUC-SP trabalhou na Biblioteca Central do campus Monte Alegre e no início de suas atividades passou pela antiga creche da PUC-SP.

Sempre com um sorriso marcante no rosto, Lelê deixou muita saudade nos seus colegas de universidade após sua saída. Pary Souza, funcionária da Faficla, que conviveu muitos anos ao lado da Lelê, escreve um texto emocionado sobre a funcionária:

“Nossa amiga se foi, mas seu

sorriso e alegria deixaram boas lembranças. Leonora Pereira, a Lelê, que entrou na PUC-SP trabalhando na creche, foi uma excelente educadora que cuidou de muitas crianças, filhos de vários colegas, professores e funcionários.

Da creche ela foi para a hemeroteca, antigo setor da biblioteca em que havia os jornais e revistas, lá durante anos auxiliou muita gente: pesquisadores, puquianos, pessoas de dentro e de fora da universidade. Depois foi para a Biblioteca onde continuou ajudando os alunos.

Uma pessoa doce e muito inteligente, com uma personalidade forte. Uma mulher que teve uma infância difícil, morou em orfanato e conheceu muito cedo o ra-



cismo, mas nunca aceitou a condição que lhe impunham. Conseguiu vir para São Paulo, estudou e deu a volta por cima, e construiu uma linda família, nada tradicional. Casou-se com Sergio Tolentino, conhecido como Trôglo, um excelente jornalista, juntos tiveram 3 filhos: Lili, Bira e Zé Pedro. Frequentadores do antigo bar do Docas, devem lembrar da família.

Parou de trabalhar na PUC em 2008, por conta de um

AVC que lhe deixou sequelas. Ela teve que reaprender a falar, sua memória não lhe ajudava, mesmo assim, superou muitas barreiras, ela sempre ria quando não se lembrava de uma palavra, ou quando esquecia o que ia dizer. Você foi uma guerreira sorridente e alegre, amante de uma cervejinha e de música boa, vá em paz querida, pois saiba que os ecos da sua risada ainda estão em nossos ouvidos e corações.”

José Gregori

Faleceu no dia 03/09 o jurista e ex-ministro da Justiça José Gregori.

Gregori foi professor da PUC-SP entre 1975 e 2012, na Faculdade de Direito, onde recebeu em 2015 uma estatueta de cristal, e o título de doutor Notório Saber.

Ex-ministro da Justiça e ex-secretário nacional dos Direitos Humanos no governo Fernando Henrique Cardoso, Gregori teve seu nome intimamente ligado à de-

fesa dos Direitos Humanos no Brasil. Sua atuação no período da ditadura militar foi marcante, em 1977 foi um dos principais signatários da Carta aos Brasileiros, um libelo contra o regime ditatorial que o país vivia.

Nesse período Gregori integrou a Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo que se notabilizou pela defesa dos presos políticos da ditadura.



José Gregori recebe o título de Notório Saber das mãos do então diretor da Faculdade de Direito Pedro Manus

PUCviva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP

Edição: Valdir Mengardo

Reportagem e Fotos: Sthefane Mattos

Revisão: Marina D'Aquino

Arte /Editoração : Valdir Mengardo e Ana Lucia Guimarães

Conselho Editorial: João Batista Teixeira da Silva, Elaine Alves Trindade, Victoria C. Weischtordt, Jason T. Borba, Pedro Henrique Carneiro, Maria Helena Gonçalves Soares Borges e Sandra Costa

APROPUC: Rua Bartira, 407 - Cep 05009-000 - Fone 3872-2685

AFAPUC: Rua Ministro Godoy, 1055 - Fone 3670-8208

PUCviva: Fone/WhatsApp: 3872-2685

Correio Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br

Pucviva na internet: www.apropucsp.org.br

Prezado colega Professor(a)

RENOVAÇÃO ANUAL DA SUA ADESÃO AO QUADRO ASSOCIATIVO DA APROPUC!

AINDA NÃO É ASSOCIADO? ASSOCIE-SE JÁ!

A Fundasp, a partir do novo Acordo Interno de Trabalho 2023/24 celebrado com a APROPUC/SINPRO, exigiu que o desconto associativo do professor em folha só será efetuado quando o docente manifestar sua concordância ANUALMENTE. No atual Acordo Interno, a APROPUC negociou que a manifestação de concordância poderá ser feita com assinatura digital simples, sem a necessidade de reconhecimento de firma. Para isso, acesse e baixe o formulário em www.apropucsp.org.br/ficha-de-associao

e envie para apropuc@uol.com.br. Professores que ainda não são associados, poderão preencher o mesmo formulário para efetuar a sua adesão ao quadro associativo da APROPUC. No último ano, os professores obtiveram ganhos significativos devido a luta da APROPUC contra as investidas da Fundasp para anular os direitos adquiridos dos professores. A diretoria da APROPUC, em constante vigilância e luta, juntamente com os professores reunidos em inúmeras assembleias e com apoio dos funcionários e estudantes,

reverteu a tentativa, por parte da Fundasp, de reduzir o cálculo salarial das atuais 5 semanas para 4,5 semanas. No final do primeiro semestre de 2023, a alteração contratual proposta pela Deliberação do CONSAD 1/2023 que provocaria perdas substanciais ao conjunto dos professores, podendo gerar demissões, foi revertida a partir de pronta ação da APROPUC em conjunto com o SINPRO. Esses ganhos para os atuais professores demandaram altos custos jurídicos e investimentos em comunicação. A sobrevivência financeira

da APROPUC está em jogo. Por isso, é fundamental que os docentes se manifestem e se associem.

A luta continua em muitas outras frentes: inserção na carreira, professores demitidos no “limbo”, etarismo e outras.

PROFESSORA / PROFESSOR: RENOVE SUA ADESÃO À APROPUC! ASSOCIE-SE JÁ!

Maiores informações poderão ser obtidas pelo tel/WhatsApp: 11-3872 2685.

Diretoria da APROPUC

Deputados discutem a proibição do casamento entre pessoas do mesmo sexo

Na terça-feira, 05/09, a Comissão de Previdência e Família da Câmara Federal debateu o Projeto de Lei 5167/2009 que proíbe a união civil entre pessoas do mesmo sexo.

A proposta de autoria dos deputados Capitão Assunção (PSB-ES) e Paes de Lira (PTC-SP) considera apenas a união entre

homens e mulheres como uma família, baseado em valores religiosos.

Embora os autores afirmam não serem preconceituosos, seus apoiadores, na sessão, usaram justificativas homofóbicas e religiosas. Para continuar a tramitar, o projeto terá que passar pela Comissão de Constituição e Justiça.

A discussão da comissão da Câmara chegou nas redes sociais. Deputados como Pastor Henrique Vieira (PSOL-RJ), Fábio Contarato (PT-ES) e Fábio Felix (PSOL-DF), denunciam a postura de deputados homofóbicos e o retrocesso que querem alcançar.

Em 2007 foi apresentado um

projeto de lei, pelo ex-deputado Clodovil Hernandes, que reconheceria, de forma civil, o casamento homoafetivo. O Supremo Tribunal Federal passou a considerar a união como entidade familiar em 2011.

Em 2013 o Conselho Nacional de Justiça exigiu que cartórios permitissem a celebração da união.

Projeto que extingue UERJ é retirado de pauta

A mobilização de estudantes e docentes fez com que os deputados bolsonaristas do Rio de Janeiro retirassem de pauta, pelo menos por este ano, o projeto que extingue a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj).

O Deputado Anderson Moraes, do PL, sustentava em seu projeto que a Uerj é um dos órgãos estaduais que causa maior impacto no orçamento estadual, “concentrando milhões de reais do pagador de imposto numa estrutura pesada e com resultados contestáveis”. Além disso o reacionário sustentava “o nítido

aparelhamento ideológico de viés socialista na Universidade, com clara censura ao pensamento acadêmico de outras linhas de visão de mundo”.

A pauta não deve voltar até o próximo ano, mas isso não quer dizer que a macabra intenção dos neofacistas esteja descartada.

Várias entidades estão circulando pela internet um abaixo-assinado contra a extinção que pode ser acessado em <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQL-Seie6xGQCsgoqPBhl9nm-n3nZl5zdA7PlmhEbTpmV-5Qv-QqMnw/viewform>

Google desativa conta de e-mail da APROPUC

A Associação dos Professores teve sua conta de Gmail desativada nesta semana através de uma notificação do Google: “Parece que ela estava sendo usada de uma forma que viola as políticas do Google, dizia a nota que não esclarece se foi feita uma denúncia por parte de outro usuário, ou não. Esse tipo de atitude tem se transformado em rotina para o Google que

suspende e-mails e páginas de esquerda sem justificativa plausível ou através de denúncias canhestras de outros usuários. Enquanto isso páginas de usuários de direita continuam espalhando fake news e mensagens de ódio na internet sem que sejam desativadas.

Depois de várias mensagens ao provedor o e-mail da APROPUC foi reativado.

Julgamento do Marco Temporal prossegue dia 20

O Supremo Tribunal Federal pautou para o dia 20/09 a continuidade do julgamento do chamado Marco Temporal Indígena que estabelece que os povos indígenas têm direito de ocupar apenas as terras que ocupavam ou já disputavam em 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição.

A última sessão do julgamento terminou com o placar de 4 votos contra o Marco Temporal e dois a favor.

Restam ainda os votos dos ministros Cármen Lúcia, Rosa Weber, Luiz Fux, Gilmar Mendes e Dias Toffoli.

O resultado parcial, porém, ainda traz preocupações aos indígenas porque o voto do ministro Alexandre de Moraes prevê a indenização das terras ocupadas pelo governo federal. Essa condição, pelos valores que demandará, pode atrasar em muito a demarcação das terras indígenas.

Supremo define maioria a favor da contribuição assistencial

No dia 31/8, com o voto do ministro Alexandre de Moraes, o Supremo Tribunal Federal fechou maioria a favor da constitucionalidade da contribuição assistencial aos sindicatos. Em 2017, após o Supremo ter aprovado a inconstitucionalidade da contribuição, o Sindicato de Metalúrgicos de Curitiba contestou a decisão alegando que a decisão confundia a contribuição assistencial com

a contribuição confederativa. Essa visão foi reforçada agora pela decisão de 31/08 do Supremo.

A contribuição assistencial não deve ser confundida com o imposto sindical. Pois a contribuição assistencial tem por objetivo custear as atividades assistenciais do sindicato, principalmente as negociações coletivas em que todos os trabalhadores são beneficiados sejam filiados, ou não.

**professor e funcionário,
filie-se à sua associação!**

Somente a participação efetiva na APROPUC e AFAPUC garante conquistas superiores à própria Convenção Coletiva, melhores condições de ensino e trabalho, contrato de trabalho diferenciado, manutenção de uma imprensa combativa, luta permanente por uma aposentadoria digna, entre tantas outras conquistas que só podem ser viabilizadas com uma associação forte e atuante.

SUA PARTICIPAÇÃO NA LUTA DE DOCENTES E FUNCIONÁRIOS ADMINISTRATIVOS É FUNDAMENTAL!

ASSOCIE-SE:

PROFESSORES: www.apropucsp.org.br/ficha-de-associacao
 FUNCIONÁRIOS: <https://www.afapuc.org.br/formularios/>